

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 519/2022 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores:

MASP 12125431, HELIO MENDES ALCANTARA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 15/08/2022.

MASP 13780119, CAMILA SANTOS DE ARAUJO, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 17/08/2022.

MASP 13799929, VICTOR SOARES SOUZA LIMA, ANEDS - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 11/08/2022.

MASP 13720735, CLAUDIO SANTANA DA ROCHA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 11/08/2022.

MASP 13805460, VICENTE PAULO DA SILVA REZENDE JUNIOR, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 12/08/2022.

MASP 11032737, REGINALDO ALVES DE PAULA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível 3, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 11/08/2022.

MASP 11282597, IRSON INACIO MOREIRA, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 17/08/2022.

Anal.Louise de Freitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos  
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

18 1677611 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1) Tipo da solicitação: Licenciamento Ambiental Simplificado Modalidade LAS/Cadastro; Fase: Operação iniciada em 17/08/2007; Empreendimento: Cedepe Indústria Eireli.; Atividade(s): Fabricação de artefatos de borracha, exceto pneumáticos, câmaras-de-ar e de material para condicionamento de pneumáticos; Município: Nova Serrana; PA/SRLA nº: 27851803/2018; Classe: 2; Válida até 20/09/2028 do responsável Cedepe Indústria Eireli., CNPJ 09.093.027/0001-40 para o novo titular Cedepe Indústria Ltda., CNPJ 09.093.027/0001-40.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente torna público que foi alterada a razão social do empreendimento abaixo identificado: 1) De: Peixaria Morada Nova Fisher Ltda - Me., CNPJ 14.135.819/0001-70 - para: Grigorifico Morada Nova Fisher Ltda., CNPJ 14.135.819/0001-70. PIs 02193 / 2013 e 36177 / 2016.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

A Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta TAC/ASF nº 22/2022 referente ao empreendimento abaixo identificado: Castro Arantes Química Industrial Ltda., CNPJ n. 11.202.638/0001-21. Proc. SEI nº 1370.01.0055907/2021-04 (solicitação SLA Ecosistemas nº 2021.11.01.003.0000963). Fabricação de Tintas, esmaltes, lascas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes. Córrego Fundo/MG – Classe 04. Vigência: 12 (doze) meses a partir da assinatura: 18/08/2022.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente do Meio Ambiente do Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Mineração Barbosa Oliveira Ltda., Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, ANM nº830.364/2021, Maravilhas-MG, Processo nº 3075/2022, com validade até 16/08/2032. 2) Cerâmica Nacional Aparecida Ltda., Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos “pó de balão” ou “lama de alto-forno” à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila, Itaguaçu-MG, Processo nº 2085/2022, com validade até 05/08/2032. 3) Café Utam S.A., Torrefação e moagem de grãos, Piumhi-MG, Processo nº 2972/2022, com validade até 04/08/2032. 4) João Luis Teixeira, Avicultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Maravilhas-MG, Processo nº 3096/2022, com validade até 17/08/2032. 5) Florêncio Silva Nunes, Avicultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Formiga-MG, Processo nº 3104/2022, com validade até 17/08/2032. 6) Simar Siderúrgica Maravilhas Ltda., Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Processo nº 3106/2022, com validade até 18/08/2032.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco

18 1677599 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença de Operação Corretiva – LOC (LAC1): 1) Associação dos Comerciantes de Carnes de Cataguases (Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc); Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muare,etc), Cataguases/MG, PA nº 3108/2022, Classe 4.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

18 1677677 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas convoca os interessados a comparecer à Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Empreendimento AMG Brasil S.A., PA/SLA nº 2371/2022, Classe 5, LAC1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente, localizado no município de Nazareno/MG, a se realizar no dia 04 de outubro de 2022, às 19:00h, na quadra coberta do bairro Rosário, Rua Josué Egídio de Souza, S/Nº, bairro Rosário em Nazareno. Informa, ainda, que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) se encontra à disposição dos interessados no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) W N F Indústria e Comércio Ltda., Produção de óleos, gorduras e ceras em bruto, de óleos essenciais, corantes vegetais e animais e outros produtos da destilação da madeira, exceto refinação de óleos e gorduras alimentares, Camanducaia/MG, PA nº 3112/2022, Classe 2.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Detroit - Locação de Caçambas e Equipamentos Ltda., Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, Poços de Caldas/MG, Processo nº 2459/2022, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

18 1677625 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS-RAS): \*Companhia Brasileira de Alumínio - Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido - Miral e São Sebastião da Vargem Alegre/MG - PA nº 1992/2022 - Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 18/12/2030.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

18 1677512 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

•Rio Branco Alimentos S.A.. – Abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc.); Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas; Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha. – Visconde do Rio Branco/MG – PT 00025/1982 - Classe 6. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura: 09/08/2022. TAC nº 50700607/2022. Processo SEI nº 1370.01.0034191/2022-65.

(a) Dorgival da Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

18 1677712 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada: -LASRAS: 1) Município de Rochedo de Minas - Sistema de Tratamento de Esgotos de Rochedo de Minas, Estação de tratamento de esgoto sanitário; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto, Rochedo de Minas/MG, PA nº 2875/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 18/08/2032.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

18 1677714 - 1

**O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade LAS/RAS abaixo identificada:**

**1) Município De Lagoa Grande - Unidade de Triagem e Compostagem de Lagoa Grande - Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos. - Lagoa Grande/MG. Processo: 3107/2022. 2) Paulo Cesar Eca Avelino/ Fazenda Santa Rosa - Lugar Lote 56 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG. Processo: 3097/2022**

**(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.**

**O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:**

**1) Erasmo Carlos Camacam Amorim Eireli - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Unaí/MG. Processo: 3102/2022**

**(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.**

18 1677528 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

\*Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Operação (LAC1): 1) Vibra Agroindustrial S/A, abate de animais de pequeno porte (aves, coelhos, rãs, etc.); industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas, Sete Lagoas/MG, Processo nº 3099/2022, classe 5. \*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Prudente de Moraes/Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG, estação de tratamento de esgoto sanitário, Prudente de Moraes e Sete Lagoas/MG, Processo nº 3111/2022, classe 2.

(a) Charles Soares de Sousa - Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana.

18 1677465 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, com validade: 10 (dez) anos. 1) Volnei Neumann/ Fazenda Nova Esperança, Mat. 18.013 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento - Nova Ponte/MG - PA nº 3083/2022, Classe 2. 2) Juscelino José da Silva/ Fazenda Cerradão, Marmeleiro, Marimbondo e São Mateus - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesca-pague, exceto tanque-rede, Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Frutal/ MG - PA nº3064/2022, Classe 2. 3) Higipres Comercio e Industria de Produtos para Hotelaria Ltda.- Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos- Uberlândia/MG - PA nº 3043/2022, Classe 2.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

18 1677167 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Irmãos Silva Machado Participações Ltda./ Fazenda Bela Vista e Fazenda Palmeiras, Mats. 21.309 e 21.310 -Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura,Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - União de Minas/MG - PA/SLA nº3098/2022, Classe 3. 2) Rafael Vieira da Silva - ANM 832.517/202 - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento,Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Gurinhata/ MG - PA/SLA nº3092/2022, Classe 2.

(a)Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

18 1677166 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo DEFERIMENTO, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Paulo Regis Silva/ Fazenda Fundão, lugar Stevenson, Mat. 36.077, - Suinocultura; Avicultura; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), - Araguari/MG, PA/SLA nº2741/2022, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

18 1677164 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público o arquivamento das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- AAF: 1) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER - MG, Pavimentação e/ou melhoramento de rodovias, Vargem Alegre, Bom Jesus do Galho e Caratinga/MG, PA/Nº 01918/2018/001/2018, Classe 1. Motivo: perda de objeto. 2) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER – MG, Pavimentação e/ou melhoramento de rodovias, Itabira, Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo/ MG, PA/Nº 11466/2013/002/2018, Classe 1. Motivo: perda de objeto.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Meani Mineração Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerais, Alvinópolis/MG, PA/Nº 1349/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 27/06/2032.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

-LAS RAS: 1) Mineração Jaguarari Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Alvarenga/MG, PA/Nº 3117/2022, Classe 2.

(a) Fabricio de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

18 1677636 - 1

### Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
(Publicado no Diário Eletrônico Oficial de “MG” no dia 10/08/2022, pág. 9)  
Onde se lê:  
(...)

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG  
Nº 76 DE 1º DE AGOSTO DE 2022.

(...)  
Leia-se:  
(...)

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG  
Nº77,DE 1º DE AGOSTO DE 2022.

(...)  
\*Obs.: As demais disposições permanecem inalteradas.

DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG  
Nº 77, DE 1º DE AGOSTO DE 2022.

OCONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS criado pelo Decreto nº 26.961, de 28 de abril de 1987, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, o inciso XIV do art. 4º, inciso I do art. 8º e o art. 41 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e considerando a necessidade de estabelecer o seu Regimento Interno,

DELIBERA:

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta deliberação normativa estabelece o regimento interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG.

Art. 2º – O CERH-MG é regido pela Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, pelo Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, pelo seu regimento e demais normas aplicáveis.

Art. 3º – O CERH-MG é órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo central do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRRH-MG –, que é subordinado administrativamente à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – nos termos do inciso III do art. 3º da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do art. 2º do Decreto nº 48.209, de 2021 e integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

CAPÍTULO II  
DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 4º – O CERH-MG tem a finalidade de promover a gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização, avaliação e controle dos recursos hídricos do Estado, tendo em vista os requisitos de quantidade e qualidade necessários aos seus múltiplos usos, conforme disposto no art. 3º do Decreto nº 48.209, de 2021.

Art. 5º – São atos do CERH-MG:

I – deliberação normativa: ato normativo por meio do qual são estabelecidas diretrizes, disposições regulamentares, técnicas e de padrões para o controle dos recursos hídricos, e sua utilização em quantidade, qualidade e regime satisfatórios;  
II – diretiva: ato de competência exclusiva do Plenário contendo orientação geral sobre políticas e ações de controle dos recursos hídricos, e sua utilização em quantidade, qualidade e regime satisfatórios;  
III – recomendação: ato por meio do qual as unidades colegiadas sugerem ações acerca da implementação de políticas, programas públicos e demais temas com repercussão na área de recursos hídricos;  
IV – moção: ato dirigido ao poder público ou à sociedade civil, por meio do qual o Plenário registra, alerta, reivindica, requer, apoia, homenageia ou protesta sobre fatos relevantes em matéria de sua competência.  
V – deliberação: ato de caráter decisório, destinado a reger situações específicas;  
VI – decisão: ato que expressa julgamento de mérito das unidades colegiadas sobre processos administrativos de sua competência.

Art. 6º – Os atos mencionados no artigo 5º serão praticados no exercício das competências atribuídas ao CERH/MG, nos termos do artigo 41, da Lei Estadual nº 13.199, de 1999, dentre os dispostos no art. 4º do Decreto 48.209, de 2021.

CAPÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHOSeção I

Da estrutura e composição

Art. 7º – O CERH-MG tem a seguinte estrutura:

I – Presidência;  
II – Plenário;  
III – Câmara Normativa e Recursal – CNR;  
IV – Câmaras Técnicas Especializadas – CTs;  
a) Câmara Técnica Especializada de Regulação – Cter;  
b) Câmara Técnica Especializada de Planejamento – Ctep;  
V – Secretaria Executiva do CERH-MG.

Art. 8º – A composição das unidades colegiadas do CERH-MG, assim como a forma de designação e o processo eletivo para as entidades e órgãos seguirá o disposto nos arts. 16 e 17 do Decreto nº 48.209, de 2021, respeitando a paridade entre os segmentos.

§ 1º – O preenchimento das vagas sujeitas a processo eletivo será norteador por edital, que trará todos os requisitos para os interessados, aprovado pela Presidência do CERH-MG e publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais – DOMG-e.

§ 2º – O processo eletivo que a se refere ocupat, poderá ser realizado por meios eletrônicos que assegurem a integridade, a autenticidade, a transparência e a confidencialidade do processo eletivo.

§ 3º – Cada entidade ou órgão representante nas unidades colegiadas do CERH-MG indicará por meio do dirigente máximo, ou por quem dele receber designação formal, um representante titular e dois suplentes.

Art. 9º – Os dirigentes máximos dos órgãos do Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, dos Usuários de Recursos Hídricos, das Entidades da Sociedade Civil correlacionadas à temática de recursos hídricos, com representação nas unidades colegiadas, indicarão seus representantes, titulares e suplentes, bienalmente, mediante ofício ou ato dirigido ao titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 10 – Poderá ocorrer a substituição de conselheiros desde que observados os critérios estabelecidos no art. 24 e os prazos dispostos nos incisos I e II do § 4º do art. 25 do Decreto nº 48.209, de 2021.

§ 1º – Excepcionalmente, e mediante motivação, os representantes titulares e ou suplentes dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das entidades da sociedade civil correlacionadas à temática de recursos hídricos observado o disposto nocabut, poderão ser substituídos, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

I – em casos de substituição:  
a) acatada pelo dirigente máximo do órgão ou instituição;  
b) por extinção do cargo ou função;  
c) por exoneração ou desligamento;  
d) por remanejamento para outro setor ou função; e  
e) por motivos de saúde ou óbito;  
§ 2º – A nomeação dos conselheiros das unidades colegiadas do CERH-MG se dará por ato do Presidente do CERH-MG, publicado no DOMG-e, e a posse, não sendo início de mandato, se dará com a assinatura do respectivo Termo de Posse, observados os critérios dispostos nos arts. 30 a 32 do Decreto nº 48.209, de 2021.

§ 3º – As indicações e substituições de que trata ocupat, deverão ser acompanhadas docurriculum vitae dos indicados, e demais informações complementares que forem solicitadas pela Secretaria Executiva do CERH-MG.

§ 4º – O conselheiro representante da sociedade civil e dos usuários de recursos hídricos, quando substituído nos termos docaput, não poderá retornar à qualidade de conselheiro naquela unidade colegiada no mesmo mandato.

§ 5º – O conselheiro representante do Poder Público Estadual poderá ser substituído por ato do titular do órgão em que o indicar.

Art. 11 – As indicações de conselheiros representantes dos municípios, dos usuários de recursos hídricos de que tratam as alíneas “g”, “h” e “i” do inciso III do art. 20 do Decreto 48.209, de 2021, e de entidades da sociedade civil correlacionadas à temática de recursos hídricos deverão ocorrer por meio de lista triplete,acompanhada do curriculum vitae dos indicados.

Parágrafo único – O titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deverá escolher, mediante lista triplete, qual indicado ocupará a titularidade e as suplências, mediante motivação.

Art. 12 – A participação dos conselheiros do CERH-MG é considerada serviço público de natureza relevante, não remunerada.

Parágrafo único – A Secretaria Executiva fornecerá atestado de presença do conselheiro, a pedido deste, constituindo justificativa de ausência ao trabalho.

Art. 13 – As unidades colegiadas, terão sua composição e designação de representantes dispostos em ato normativo específico.

Seção II  
Da Presidência do CERH-MG

Art. 14 – A Presidência do CERH-MG é exercida pela titularidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, competindo-lhe as atribuições previstas no art. 6º e 7º do Decreto nº 48.209, de 2021.

Seção III  
Do Plenário

Art. 15 – O Plenário é unidade colegiada superior de deliberação do CERH-MG quanto às suas competências na da política de recursos hídricos do Estado, conforme atribuições previstas no art. 8º do Decreto 48.209, de 2021, tendo sua presidência exercida pelo ao titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sendo substituído no caso de falta ou impedimento, por quem dele receber designação formal, que exercerá o voto comum e de qualidade.

Art. 16 – No exercício das atribuições previstas no art. 41, da Lei nº 13.199, de 1999 e no art.8º do Decreto nº 48.209, de 2021, aoPlenário do CERH-MG caberá a prática dos atos a que se refere os incisos I a VI do art. 5º.

Seção IV  
Da Câmara Normativa e Recursal

Art. 17 – A Câmara Normativa e Recursal – CNR – é unidade deliberativa e normativa no âmbito das competências constante no art. 9º do Decreto nº 48.209, de 2021, presidida pelo Secretário Executivo do CERH-MG, sendo substituído, em caso de falta ou impedimento, por servidor dos órgãos e das entidades que compõem o Sisema, por ele indicado formalmente, dispensada sua publicação no DOMG-e cabendo-lhe apenas o voto de qualidade.

Art. 18 – Os representantes titulares e suplentes das instituições devem ser, preferencialmente, técnicos ou conhecimento em assuntos pertinentes à CNR.

Art. 19 – No exercício das atribuições previstas no artigo 41, da Lei nº 13.199, de 1999 e no artigo 8º do Decreto nº 48.209, de 2021, a CNR do CERH-MG caberá a prática dos atos a que se refere os I, III, V e VI do art. 5º.

Seção V  
Das Câmaras Técnicas Especializadas

Art. 20 – As Câmaras Técnicas Especializadas – CTs – são unidades deliberativas e de discussão e proposição de políticas, normas e ações, no que lhes competir, encarregadas de analisar e compatibilizar, no âmbito de suas competências específicas constantes nos arts. 10 a 13 do Decreto nº 48.209, de 2021.

Art. 21 – O Secretário Executivo indicará formalmente, em ato próprio, titulares e suplentes, dentre os servidores do Sisema para presidir as CTs, cabendo-lhe apenas o voto de qualidade.

Parágrafo único – Os presidentes das CTs, em caso de falta ou impedimento, dispensada a justificativa, serão substituídos pelo suplente previamente designado e, na falta deste, por servidor do Sisema a ser designado pelo Secretário Executivo do CERH-MG, dispensada sua publicação no DOMG-e, cabendo-lhe apenas o voto de qualidade.

Art. 22 – Os representantes titulares e suplentes das instituições devem ser, preferencialmente, técnicos ou conhecimento em assuntos pertinentes à câmara.

Art. 23 – No exercício das atribuições previstas no artigo 41, da Lei nº 13.199, de 1999, e no artigo 8º do Decreto nº 48.209, de 2021, a CNR do CERH-MG caberá a prática dos atos a que se refere os III, V e VI do art. 5º.

Se